



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

8ª REUNIÃO DA CÂMARA BIPARTITE TRABALHADORES - GOVERNO

Ata da ordem do dia 12 de setembro de 2013.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
8ª REUNIÃO BIPARTITE TRABALHADORES E GOVERNO

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CÂMARA BIPARTITE TRABALHADORES E GOVERNO

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F. Brasília - DF

Data: 12 de setembro de 2013.

1 Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e treze teve início a 8ª Reunião da Câmara Bipartite
2 Governo Trabalhadores do Conselho de Relações do Trabalho, sob a Coordenação do Sr. Valter
3 Souza Presidente da Câmara Bipartite, representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.
4 Estiveram presentes os seguintes representantes dos Trabalhadores e do Governo: Sr. Valter Souza,
5 Nova Central – Presidente da Câmara Bipartite; Sr. Manoel Messias Nascimento Melo, Secretário
6 de Relações do Trabalho; Sra. Rita Pinheiro, Assessora da Secretaria de Relações do Trabalho;
7 Fernando Cesar da Mata Reis da SIT – Auditor Fiscal do Trabalho; Sr. Ari Moraes Pereira,
8 Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE; Sr. Eudes da Silva Carneiro da SRT; Danielle
9 Kineipp de Souza da SPPE; Deuzinéa Nogueira Silva da SIT; Sr. Carlos Pereira, Secretário Geral
10 da CGTB; Sr. José Carlos Arêas da CTB; Sr. Valeir Ertle, Executiva Nacional da CUT; Sr. Jasseir
11 Alves Fernandes, Secretário de Meio Ambiente da CUT Nacional; Sra. Rosana Souza, Diretora da
12 Executiva Nacional da CUT – Secretaria de Mulheres; Sr. João Agostinho Pereira da Força
13 Sindical; Agilberto Seródio da NCST; Sr. Francisco Canindé Pegado, Secretário Geral da UGT;
14 Pascoal Carneiro da CTB; Iaponira Montenegro da SRT e Lilian A. Marques pelo DIEESE
15 **ABERTURA:** O Secretário de Relações do Trabalho Messias Melo inicia a reunião solicitando que
16 Carlos Pereira assumira a presidência enquanto o presidente não chega e apresenta justificativas pelas
17 ausências de Membros da Bancada do Governo na reunião. Como primeiro item de pauta a
18 aprovação da Ata da reunião anterior. A bancada dos trabalhadores, na pessoa do Sr. Valeir Ertle
19 discorda da forma como está colocada a discussão na pauta sobre o pedido de participação das
20 centrais sindicais e confederações, que no seu entendimento deveria se aplicar a lei. O Presidente
21 esclarece que esse ponto já está pactuado no entendimento de que deve ser respeitada a legislação,
22 em relação às Confederações e entidades nacionais, porque não é só Confederação; tem
23 determinada categoria que não tem Confederação, e pode falar genericamente no Conselho sobre
24 algum tema específico. As entidades nacionais regularmente registradas, sem prejuízo das
25 indicações nas Centrais, poderão ser convidadas a participar e retira esse ponto da pauta. Logo em

26 seguida o Sr. Valter Souza comparece e dá sequência. Seguindo solicita que todos se apresentem
27 informando que o Sr. Gilberto Seródio irá ajudar na condução dos serviços pela NCST. O Sr.
28 Manoel Messias Melo solicita uma inversão de pauta, em virtude de compromissos, para debater os
29 itens cinco e seis e um informe que gostaria de comentar. Com a concordância de todos discorre que
30 a Central Sindical CSP-Conlutas tinha apresentado um posicionamento que foi encaminhado para a
31 bancada dos trabalhadores e posteriormente informado ao Conselho a posição, que no entendimento
32 da CSP-Conlutas, a lei de reconhecimento das Centrais no seu inciso I, no seu artigo 1º define o que
33 são Centrais Sindicais e quais as atribuições delas. E explana todo o processo do pedido, análise e
34 resposta à entidade. O Sr. Valeir Ertle entende que é necessário realizar consulta jurídica sobre o
35 tema e tentar evitar um confronto jurídico e ter uma decisão diferente do entendimento do
36 Ministério. O Sr. Carlos Pereira, Secretário Geral da CGTB concorda com o parecer jurídico e
37 sugere uma proposta por escrito, para reflexão em uma reunião extraordinária, o mais urgente
38 possível para debater a ideia que está colocada, ao invés da gente discutir agora, mas a com
39 celeridade que a situação exige. O Sr. Manoel Messias consulta que os encaminhamentos seriam os
40 seguintes: As Centrais que não tiverem atendido o requisito de representatividade participam se
41 convidadas. As entidades nacionais sempre que tiverem um tema específico serão convidadas
42 registrando em Ata. Sobre o pleito da CSP-Conlutas de revisão da portaria 194, uma consulta
43 jurídica em relação a essa proposta de mudança do período de aferição para a possibilidade de
44 distribuição automática dos recursos da contribuição Sindical a partir de janeiro, também com a
45 proposta do Sr. Carlos Pereira que se coloque por escrito e encaminhe para as Centrais, para que
46 possam discutir num outro momento de forma clara, entendendo as consequências dessa
47 antecipação. O Sr. Pascoal Carneiro da CTB propõe que se debata no GT que já vai ser criado e se
48 retire o encaminhamento. O Sr. Manoel Messias concorda em submeter a discussão no GT,
49 sugerindo apresentar uma proposta concreta para retirar encaminhamento já na primeira reunião. Os
50 presentes concordam com o encaminhamento e o Sr. Manoel Messias explana o processo de
51 aferição e a pauta para o GT. Pretende solicitar um despacho do Ministro. Segue com a reunião
52 explanando o próximo ponto de pauta sobre as categorias informando que o debate foi retomado no
53 Conselho de Relações do Trabalho. Destaca que uma das categorias é a questão de montagem
54 industrial, pela antiga tabela de profissões de categorias e profissões existia na construção dois
55 grupos: construção civil e construção pesada, construção leve, que os questionamentos que se
56 espera na reunião comece a ser respondido para que se possa fazer um debate e regulamente essa

57 consulta. Explana também em relação à construção naval que há um intenso debate, uma
58 divergência na discussão, se construção naval é uma categoria que pode se dissociar da categoria
59 dos trabalhadores na indústria metalúrgica, mecânica, material elétrico, etc. Outro debate é o da
60 escolta armada que o Ministério e a CUT concordam que é possível a dissociação. Destaca que o
61 Ministério da Justiça, regulariza e caracteriza o que é vigilância patrimonial e o que é o trabalho de
62 transporte e valores, escolta armada e exigências de custos, exigências de funcionamento
63 diferenciado, inclusive. Então, em relação ao transporte de valores o entendimento em função dessa
64 consulta é no sentido de voltar a admitir que podem dissociar dos Sindicatos de transporte de
65 valores, tanto no que se refere a trabalhadores como no patronal. Explana a complexidade da
66 discussão com relação à categoria dos motoristas, considerando os motoristas oficiais, de carga
67 pesada, de ambulância. Também a categoria dos comerciários que ainda precisa de debate. O Sr.
68 Valeir Ertle discorre que os motoristas de ambulância precisam de cursos específicos, primeiros
69 socorros entre outros, o que demonstra a especificidade, também os comerciários já lutam para não
70 se dissociarem, discorre também do cuidado de se criar sindicatos variados dentro de uma categoria.
71 O Sr. Manoel Messias sugere que já se retire dessa reunião soluções para as três categorias que há
72 consenso com as centrais. O Sr. Pascoal Carneiro da CTB concorda com o arquivamento dos
73 pedidos da indústria naval considerando que é metalúrgico, que gera conflito quando vem indústria
74 e manutenção. O Sr. Manoel Messias sugere encaminhamento: Não se aceita dissociação na área de
75 motoristas e de comerciários enquanto a discussão acontece, aprofunda. Em relação à montagem
76 industrial e transporte de valores e escolta armada, aceita-se dissociação, inclusive na área patronal.
77 Construção naval não se aceita. O Sr. Carlos Pereira sugere com relação aos motoristas de
78 ambulância que se traga sua associação nacional para ouvir seus argumentos. E fica pactuado a
79 sugestão de encaminhamento com os motoristas de ambulância, e comerciários pendentes de
80 discussão. O Sr. João Agostinho Pereira, da Força Sindical, pondera que não tem a posição da Força
81 Sindical que irá consultar e gostaria dessa ressalva no encaminhamento. Com a concordância de
82 todos, o Presidente passa para o item quatro da pauta: Movimentação de mercadorias. O Sr. Eudes
83 Carneiro da SRT explana sobre o tema que: não sei se na reunião do dia primeiro de agosto havia
84 um documento firmado por todas as Centrais e um documento elaborado com a manifestação da
85 CGTB naquela oportunidade. Posteriormente foi recebido um documento específico da CGTB
86 discordando daquele posicionamento e sugerindo a criação de um grupo de trabalho. Em razão
87 dessa divergência que ocorreu, o Secretário achou prudente que retornasse o tema para debate e

88 encaminhamento da direção a ser tomada. O Sr. Carlos Pereira, Secretário Geral da CGTB discorre
89 que não assinaram esse documento e também o entendimento de que gostariam de discutir mais.
90 Outro problema, as Centrais que estiveram presentes participaram e a CTB também não assinou e
91 isso não foi citado. O Sr. Francisco Pegado esclarece o trâmite do documento e destaca que as
92 Centrais já tinham feito uma reunião com essas Federações, tinham dito que elaborariam uma
93 proposta unificada das Centrais Sindicais e depois essa proposta seria encaminhada para as
94 Federações. Elas teriam 30 dias para analisar e dar um retorno, quer dizer, o caminho foi feito
95 corretamente, foi traçado tranquilamente. O Sr. Carlos Pereira esclarece que não houve citação do
96 que fazer com o documento, houve um e-mail com mala direta, inclusive, para o Ministério com a
97 posição da CGTB. O Sr. Valeir Ertle pondera que foi um erro do Ministério do Trabalho não ter
98 encaminhado e considera encaminhar a proposta imediatamente e abrir um prazo de 30 dias para
99 eles responderem, e daí na próxima reunião da Câmara Bipartite o debate e encaminhamento. Os
100 componentes da Câmara debatem com relação ao documento anexo enviado pela CGTB com sua
101 posição política se deve ser enviado para as Federações juntamente com o documento aprovado na
102 reunião, salientando a ausência da CTB nesse debate. Fica esclarecido que cabe à CGTB
103 encaminhar algum documento com sua posição aos seus filiados e a Secretaria encaminhar o
104 documento acordado na reunião. Na próxima reunião com o retorno das manifestações das
105 Federações volta ao debate nas Centrais e vir com uma decisão da bancada para a Bipartite.
106 Vencido este ponto, o Secretário-Geral da CGTB registra que se trata da categoria de trabalhadores
107 os motoristas de táxis, caminhões, transportadores de carga autônomos que essa é uma categoria
108 importante que já está registrada no Ministério do Trabalho. Sobre o ponto seguinte, Tabela de
109 Categorias, o Sr. Valeir Ertle discorre que a proposta é fazer dia 28 e 29 de outubro o seminário, se
110 possível em São Paulo, porque é de lá a grande maioria das pessoas que participam pela bancada
111 dos trabalhadores. Deve-se tirar uma data que não se prorroga, até o dia 11 de outubro as
112 representações na bancada encaminham as propostas sobre a tabela de categorias. Então, até o dia
113 11 de outubro quem não fez o debate vai ter que fazer e vai ter que encaminhar a proposta para a
114 Secretaria-Executiva do CRT ter um tempo para o Ministério do Trabalho analisar. O Sr. Eudes
115 Carneiro pondera sobre a questão levantada pela Sra. Rita Pinheiro, Assessora da Secretaria de
116 Relações do Trabalho, que para as Centrais avaliarem se tem essa possibilidade; se poderiam
117 começar na primeira quinzena de outubro e não sabe se essa discussão vai ser fechada em uma
118 oficina, duas oficinas, por ser muito complexo. Após debates e proposições fica acordado o dia 28 e

119 29 de outubro, mas que ainda acordarão a decisão do local se em São Paulo ou Brasília,
120 considerando o apoio das Centrais para a Logística do evento. O Presidente passa para os informes.
121 A Sra. Rita Pinheiro discorre obre as práticas antissindicais que estão em debate com a proposta
122 apresentada pela bancada e discorre o desejo de incluir outros Ministérios no debate, outros atores
123 governamentais e espera que na próxima reunião já tenha o retorno organizado. O Sr. Eudes
124 Carneiro considerando a quantidade de assuntos que precisarão de retorno e trabalhos internos por
125 parte da Secretaria, sugere a que a próxima reunião do dia 24 de outubro passe para os dias 19 ou 26
126 de novembro, dando fôlego para a Secretaria trabalhar. Após concordância fica estabelecido que a
127 próxima Reunião da Câmara Bipartite ocorrerá no dia 18 de novembro, no período da tarde.
128 **ENCERRAMENTO:** O Presidente da Câmara Bipartite, Sr. Valter Souza agradece a atenção de
129 todos, deseja bom retorno e encerra a 9ª Reunião Bipartite Trabalhadores Governo.